

Maílson quer compreensão do FMI e credores

Não está descartada a possibilidade de o Brasil obter ainda este ano um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para reestruturação da dívida externa. A hipótese desse novo acerto — que poderá ser por seis meses (até a posse do novo governo) — foi levantada ontem em Cancún, no México, pelo ministro Maílson da Nóbrega, que participa da reunião dos ministros da Fazenda do Grupo do Rio.

"Existem restrições políticas e institucionais que não permitem dar continuidade ao acordo feito no ano passado. Contamos com a compreensão do FMI. Não podemos assegurar a assinatura de um novo convênio, mas a possibilidade não deve ser descartada", explicou Maílson.

Ele viaja hoje a Nova York, onde amanhã alinhara a um grupo de banqueiros internacionais as razões que levaram o governo brasileiro a deixar de pagar uma parcela de US\$ 1,6 bilhão correspondente a juros da dívida vencidos na segunda-feira. Seu principal argumento será a necessidade de preservação das reservas externas.

"Não há interesse do Brasil, nem dos bancos credores, de submeter a economia brasileira a uma incerteza adicional que seria a redução das reservas. A idéia é não mexer nelas. É mais importante, neste momento, mantê-las do que pagar os bancos", alegou Maílson.

As atuais dificuldades do Brasil para saldar seus compromissos externos — outro argumento de Maílson — se devem ao fato de que a estratégia do fluxo de recursos na balança de pagamentos feita no ano passado não se confirmou em 1989: deixaram de entrar no País US\$ 3 bilhões do FMI, do Banco Mundial e do Japão.

As dificuldades não param por aí. "Temos alguns problemas fiscais impostos pela nova Constituição e isso tem atrapalhado um acerto com o FMI. A ausência de acordo desencadeia uma espécie de efeito-dominó, ou seja, sem acerto com o Fundo não há liberação de recursos de outros organismos", acrescentou o ministro da Fazenda brasileiro.

tuição e isso tem atrapalhado um acerto com o FMI. A ausência de acordo desencadeia uma espécie de efeito-dominó, ou seja, sem acerto com o Fundo não há liberação de recursos de outros organismos", acrescentou o ministro da Fazenda brasileiro.

Em Cancún, no Caribe mexicano, estão reunidos desde segunda-feira os diretores dos bancos centrais da América Latina, Espanha e Filipinas, representantes da Associação Latino-Americana de Integração e os ministros da Fazenda do Grupo do Rio (México, Venezuela, Colômbia, Peru, Argentina, Brasil e Uruguai), conhecido como Grupo dos 8, até a expulsão do Panamá, em 88. Também estão lá delegados das Nações Unidas, do FMI, e o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o uruguai Enrique Iglesias.

Entre os diretores dos bancos centrais tem predominado a impressão de que a redução da dívida externa proposta pelo Plano Brady, dos Estados Unidos, só será aplicada no México (acordo já assinado), Filipinas e Venezuela. Ficarão fora grandes devedores como Brasil e Argentina.

Os ministros da Fazenda rejeitam a idéia de um "clube de devedores" na América Latina e avaliam que o Plano Brady ajuda, "mas é insuficiente para resolver as dificuldades econômicas da região". Eles sairão de Cancún com um pedido oficial para que na próxima reunião conjunta do FMI e do Banco Mundial, que começa neste sábado, em Washington (Maílson estará lá), sejam dobradas as cotas dessas instituições para empréstimos aos países endividados.

Ontem Enrique Iglesias assegurou que em pouco tempo o BID contará com recursos especiais para apoiar qualquer projeto de redução da dívida externa da América Latina.



Maílson: importante é preservar as reservas.